



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002772-79.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **ANDRE DE CASTRO SILVA**
 Requerido: **FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ações Cautelar de Sustação de Protesto e Anulatória de Débito Fiscal c.c. Indenização por Danos Morais, propostas por **ANDRE DE CASTRO SILVA** contra a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**.

Aduz o autor que o crédito tributário de IPVA exigido nas CDA's nº 1.086.097.420, 1.075.174.798 e 1.075.184.774 é indevido, uma vez que nunca foi proprietário do veículo FIAT/UNO MILLE, Renavam 652.475.817 placas CCY-7646, ano 1996/1996, cor azul, podendo ter sido vítima de fraude, tanto que elaborou Boletim de Ocorrência (fls. 34/35). Argumenta que a requerida teve atuação negligente, pois mesmo não sendo proprietário do mencionado veículo, inseriu seus dados nos órgãos de restrição ao crédito, cobrou o IPVA e apontou as CDA's a protesto. Requereu, na Cautelar, a concessão da liminar para sustação do protesto e, na principal, a antecipação da tutela jurisdicional para suspender a exigibilidade do crédito tributário e provimento final, para declarar a nulidade integral do crédito fiscal constante das citadas CDA's e que a Fazenda se abstenha de exigir qualquer crédito referente ao aludido veículo, bem como o pagamento de indenização pelos danos morais. A petição inicial (fls. 01/19) foi instruída com documentos (fls. 24/35).

Pela decisão de fls. 36/37 foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela, determinando-se a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e, nos autos da cautelar, foi concedida a liminar para a sustação do protesto ou a suspensão de sua publicidade a terceiros (fls. 22/23).

Citada, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 44/60), afirmando que cancelou, de ofício, os débitos tributários em questão, bem como excluiu o nome do autor do CADIN Estadual. Requereu a extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC e sem condenação nos ônus da sucumbência, pois não tinha



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

condições de saber dos problemas enfrentados pelo autor, que não buscou pela via administrativa o cancelamento dos referidos débitos tributários. Requereu a expedição de ofício ao DETRAN para que retirasse o nome do autor do registro de propriedade do veículo descrito na inicial. No mérito sustentou a legalidade do protesto da CDA e rebateu a ocorrência de dano moral. Juntou documentos (fls. 61/79).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O feito deve ser extinto sem resolução de mérito em relação à declaração de inexistência de débito dos IPVAs dos exercícios de 2008/2010, em virtude da carência superveniente de uma das condições da ação, o interesse de agir e, com resolução de mérito, em relação ao pedido b. 2) de fls. 18 (que a Fazenda se abstenha de exigir do autor, qualquer crédito tributário em relação ao veículo), bem como em relação ao pedido de condenação por danos morais.

Informou o Estado de São Paulo que procedeu ao cancelamento de todos os débitos de IPVA do veículo descrito na inicial. Os documentos de fls. 74/79, evidenciam que os débitos de IPVA dos exercícios de 2008/2010 foram efetivamente cancelados.

Ada Pelegrini, Cândido Dinamarco e Araújo Cintra¹ ensinam que "faltando uma só que seja das condições da ação, diz-se que o autor é carecedor desta". Completam os autores que, em consequência, "o juiz, exercendo embora o poder jurisdicional, não chegará a apreciar o mérito, ou seja, o pedido do autor (em outras palavras, não chegará a declarar a ação procedente ou improcedente)".

A superveniência de fato que torne inútil o provimento jurisdicional pelo alcance do resultado almejado enseja o exaurimento da ação, não se justificando um aprofundamento e pronunciamento sobre o mérito, que não produziria qualquer resultado prático.

Assim, em relação ao pedido de cancelamento dos IPVAs dos exercícios de 2008/2010, bem como ao pedido objeto da cautelar, determino a extinção do processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, VI do CPC.

O pedido lançado no item b. 2) (que a Fazenda se abstenha de exigir do autor, qualquer crédito tributário do referido veículo) merece acolhimento, tendo em vista que não há nos autos documento comprobatório de que o Estado tenha providenciado a desvinculação do autor em relação ao veículo, tanto que fez pedido para que este Juízo oficiasse ao DETRAN, com essa finalidade.

Por derradeiro, resta a examinar a questão da indenização por dano moral

¹ Teoria Geral do Processo, 7ª ed., p. 229/231.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

e dos ônus da sucumbência.

Analisando os autos, verifica-se que não há prova de que o autor tenha buscado pela via administrativa o cancelamento dos débitos de IPVA relativos ao veículo descrito na petição inicial, não tendo o Estado de São Paulo, portanto, tomado conhecimento dos problemas por ele enfrentados, ficando impossibilitado, dessa forma, de proceder ao cancelamento dos débitos tributários administrativamente, bem como de evitar o apontamento do protesto.

Ressalte-se que o pedido administrativo de cancelamento de débito não é condição para a propositura da ação; no entanto, tem reflexos na condenação ao pagamento de indenização por dano moral e de honorários de sucumbência, que, não caso, não é devida.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido feito no item b.2 (fls. 18) e determino que a ré se abstenha de cobrar qualquer débito tributário em relação ao veículo descrito na inicial, devendo ser oficiado ao DETRAN para que exclua o nome do autor do registro de propriedade do veículo descrito na inicial.

Por outro lado, julgo improcedente, o pedido de condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais.

Cada parte arcará com custas e despesas que realizou, bem como com honorários de seus patronos.

Certifique-se nos autos da cautelar.

P.R.I.C.

São Carlos, 29 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**